

**CASA DA SAGRADA FAMILIA DA
GUARDA**

ANEXO

2022

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	7
5	Ativos Fixos Tangíveis	7
6	Ativos Intangíveis	10
7	Inventários	11
8	Rédito	11
9	Benefícios dos empregados	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
11	Outras Informações	12
11.1	Investimentos Financeiros	13
11.2	Clientes e Utentes	13
11.3	Outras contas a receber	13
11.4	Diferimentos	13
11.5	Caixa e Depósitos Bancários	14
11.6	Fundos Patrimoniais	14
11.7	Fornecedores	14
11.8	Estado e Outros Entes Públicos	15
11.9	Outras Contas a Pagar	15
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração	15
11.11	Fornecimentos e serviços externos	16
11.12	Outros rendimentos e ganhos	16
11.13	Outros gastos e perdas	16
11.14	Resultados Financeiros	17
11.15	Acontecimentos após data de Balanço	17

1 Identificação da Entidade

A “CASA DA SAGRADA FAMILIA DA GUARDA” é uma instituição sem fins lucrativos, com estatutos publicados no Diário da República n.º 231 de 4 de outubro de 2001, Série III, tendo a sua sede social na RUA SOEIRO VIEGAS N.º7, 6300-758 GUARDA, freguesia e concelho da GUARDA, possuindo o número de pessoa colectiva 505.527.340.

Trata-se de uma IPSS reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, tendo adquirido personalidade jurídica mediante a participação efetuada pela autoridade eclesiástica competente, recebida no Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social da Guarda.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 41/01 a fls. 54 v.º e 55 do livro n.º 6 das Fundações de Solidariedade Social, e considera-se efetuado em 14 de maio de 2001, em conformidade com o disposto no n.º 2, do artigo 7.º do Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro.

No exercício das suas atividades prossegue os seguintes fins:

- Acolher crianças e jovens privados do meio familiar normal;
 - A formação integral da pessoa humana, à luz do Evangelho e dos ensinamentos da Igreja, coadjuvando a família ou mesmo substituindo-a em casos extremos, proporcionando um clima familiar dos seus utentes;
 - Desenvolver todos os esforços e procurar os meios mais adequados para conseguir nos utentes o aperfeiçoamento cultural, profissional, espiritual e moral;
 - A integração social, encaminhando os utentes para uma profissão e proporcionando a constituição de uma família àqueles que para tal se sentirem vocacionados;
 - Prestar formação cristã aos seus utentes, respeitando a liberdade de consciência, não permitindo qualquer atividade que se oponha aos princípios cristãos.
-

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No seu Anexo I refere-se que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8528/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

Salienta-se que a adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo foi efetuado a 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 da “Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL”, tendo a CSF preparado o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL, e alterado as Demonstrações Financeiras de 2011, que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela data, de modo a possibilitar a comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela CSF na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve

manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da CSF, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

A CSF utilizou na preparação das Demonstrações Financeiras, as bases de mensuração tal como definidas na NCRF-ESNL, nomeadamente no caso específico dos “Ativos Fixos Tangíveis”, das “Propriedades de Investimento”, dos “Ativos Intangíveis”, das “Outras Contas a Receber”, da “Caixa e Depósitos Bancários”, dos “Fornecedores e Outras Contas a Pagar” e do “Estado e Outros Entes Públicos”.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os

abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	77.106,57			66.594,65		143.701,22
Equipamento básico	242.972,23	339,00		-60.098,82		183.212,41
Equipamento de transporte	79.497,92					79.497,92
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	54.988,14			-5.990,54		48.997,60
Outros Ativos fixos tangíveis	15.231,38			-1.884,38		13.347,00
Total	469.796,24	339,00	0,00	-1.379,09	0,00	468.756,15
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	78.255,61	13.032,30		3.811,31		95.099,22
Equipamento básico	136.252,61	2.901,21		-5.589,12		133.564,71
Equipamento de transporte	79.497,92					79.497,92
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	46.046,90	712,67		242,23		47.001,80
Outros Ativos fixos tangíveis	9.474,96	1.031,48				10.506,44
Total	349.528,00	17.677,66	0,00	-1.535,57	0,00	365.670,09

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	143 701,22					143 701,22
Equipamento básico	183 212,41	14.714,34				197 926,75
Equipamento de transporte	79 497,92					79 497,92
Equipamento biológico	48 997,60					48 997,60
Equipamento administrativo						
Outros Ativos fixos tangíveis	13 347,00					13 347,00
Total	468 756,15	14.714,34	0,00	0,00	0,00	483.470,49
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	95 099,22	7.993,94				103 093,16
Equipamento básico	133 564,71	2.539,48		61,88		136 166,07
Equipamento de transporte	79 497,92					79 497,92
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	47 001,80	712,76		-61,88		47 652,68
Outros Ativos fixos tangíveis	10 506,44	947,36				11 453,80
Total	365 670,09	12.193,54	0,00	0,00	0,00	377 863,63

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2021 e 2022, foram os seguintes:

	2021					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo Final
Edifícios e outras construções	115.903,14					115.903,14
Total	115.903,14	0,00	0,00	0,00	0,00	115.903,14

	2022					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo Final
Edifícios e outras construções	115.903,14					115.903,14
Total	115.903,14	0,00	0,00	0,00	0,00	115.903,14

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	9.607,21			17,96		9.625,17
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
Total	8.845,35	0,00	0,00	17,96	0,00	9.625,17
Depreciações acumuladas						
Goodwill						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	7.102,58	514,91		1.535,57		9.153,06
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
Total	7.102,58	514,91	0,00	1.535,57	0,00	9.153,06

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	9 625,17					9 625,17
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
Total	9 625,17	0,00	0,00	0,00	0,00	9 625,17
Depreciações acumuladas						
Goodwill						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	9 153,06	564,36		-92,25		9 625,17
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
Total	9 153,06	564,36	0,00	-92,25	0,00	9 625,17

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021			2022			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias							
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	30.083,84	0,00	0,00	51.593,65	0,00	739,27
Produtos acabados e intermédios							
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos							
Produtos e trabalhos em curso							
Total	0,00	30.083,84	0,00	0,00	51.593,61	0,00	739,27
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				30.083,84			50.854,38
Variações nos inventários da produção							

8 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	105,00	105,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	89.014,54	73.714,05
Quotas e jóias		
Promoções para captação de recursos		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Juros	1.325,55	2.778,05
Royalties		
Dividendos		
Total	90.340,09	76.597,10

9 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da CSF em 31/12/2021 foi de “23” e em 31/12/2022 manteve-se nos “23”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	300.148,81	281.845,70
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	65.039,14	56.050,47
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.158,33	3.437,51
Gastos de Ação Social	1.806,78	539,72
Outros Gastos com o Pessoal	90,00	17.676,19
Total	370.423,06	359.549,59

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial		
Outros Métodos		
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial		
Outros Métodos		
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial		
Outros Métodos		
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	3 043,38	3 668,67
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	3 043,38	3 668,67

11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes		
Utentes CATL	1 159,88	1 566,41
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	1.159,88	1.566,41

11.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal		
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Outras operações (Estado e outros entes públicos)	162,56	475,80
Outros Devedores	148,98	148,98
Perdas por Imparidade		
Total	311,54	624,78

11.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1719,68	2.292,34
Anuidade WINIPSS	278,88	
Anuidade ANTIVIRUS	280,00	
Total	2.278,56	2.292,34
Rendimentos a Reconhecer		
Comparticipações Segurança Socail	14.018,52	
Total	14.018,52	0,00

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2020
Caixa	543,88	128,99
Depósitos à ordem	41.484,51	48.490,93
Depósitos a prazo	587.959,15	578.924,46
Outros		
Total	629.987,54	627.544,38

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	75.781,08	0,00	0,00	75.781,08
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	730.803,75	15.739,76	2.039,76	744.503,75
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	806.584,83	15.739,76	2.039,76	820.284,83

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	5.513,10	2.705,57
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	5.513,10	2.705,57

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	162,56	475,80
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Outros Impostos e Taxas		
Total	162,56	475,80
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.056,00	1.516,00
Segurança Social	7.402,82	6.750,26
Outros Impostos e Taxas	116,23	111,07
Total	9.575,05	8.377,33

11.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Não Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar				
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos	0,00	639,99	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	30.741,60	0,00	21.750,37
Outros credores				
Total	0,00	31.381,59	0,00	21.750,37

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A CSF reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	358.627,65	338.134,95
Subsídios de outras entidades	37.702,44	52.108,07
Doações e heranças	29.408,81	28.744,84
Legados		
Total	425.738,90	418.987,86

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos		
Serviços especializados	15.669,52	10.578,52
Materiais	35.259,90	37.557,10
Energia e fluidos	41.446,95	28.878,23
Deslocações, estadas e transportes	33.628,21	22.208,83
Serviços diversos	11.638,49	10.014,89
Total	137.643,07	109.237,57

11.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos nos restantes ativos financeiros		
Rendimentos em investimentos não financeiros		
Outros rendimentos	38.283,26	48.428,47
Total	38.283,26	48.428,47

11.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	0,00	0,00
Gratificações estímulo a utentes	4.340,00	5.057,90
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	174,70	6.152,20
Total	4.514,70	11.210,10

11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.325,55	2.778,05
Dividendos obtidos		
Outros Rendimentos similares		
Total	1.325,55	2.778,05
Resultados Financeiros	1.325,55	2.778,05

11.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022, apesar da grave situação provocada pelo período inflacionário que estamos a atravessar, agravado pela circunstância da continuidade da guerra na Ucrânia.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção da CSF em 26 de abril de 2023.

GUARDA, 26 de abril de 2023

O Contabilista Certificado

Paulo Jorge Gonçalves, A.F.G.
CCML88

A Direção

Henrique de Sá Almeida e Gonçalves, Sr. Presidente
José Joaquim Dias
Gerentes: Maria Helena Dias, Paulo Dias, Paulo Dias

CASA DA SAGRADA FAMILIA DA GUARDA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 505527340

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		89.014,54	73.819,05
Subsídios, doações e legados à exploração		425.738,90	418.987,86
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-50.854,38	-30.083,84
Fornecimentos e serviços externos		-137.643,07	-109.237,57
Gastos com o pessoal		-370.243,06	-359.549,59
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		38.283,26	48.428,47
Outros gastos		-4.514,70	-11.210,10
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-10.218,51	31.154,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-12.757,90	-18.192,57
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-22.976,41	12.961,71
Juros e rendimentos similares obtidos		1.325,55	2.778,05
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-21.650,86	15.739,76
Imposto sobre o rendimento do período		-162,56	-475,80
Resultado líquido do período		-21.488,30	16.215,56

120628554
 1288
 Rui Jorge Gonçalves, r.l.f.l.g.

Maria do Fátima Gonçalves Rodrigues
 Ana Amélia dos Santos
 José Joaquim
 Eusébio José António Fernandes
 Gertrudes Maria Rosário Dias Guedes
 António José Alves Teixeira
 Maria Manuela Carvalho Sousa

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		105 606,86	103 086,06
Ativos intangíveis		0,00	472,11
Investimentos financeiros		3 043,38	3 668,67
Outros Créditos e ativos não correntes		115 903,14	115 903,14
		224 553,38	223 129,98
Ativo corrente			
Inventários		739,27	0,00
Créditos a receber		1 159,88	1 566,41
Estado e outros entes públicos		162,56	475,80
Diferimentos		2 278,56	2 292,31
Outros ativos correntes		148,98	148,98
Caixa e depósitos bancários		629 987,54	627 544,38
		634 476,79	632 027,88
Total do ativo		859 030,17	855 157,86
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		75 781,08	75 781,08
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		744 503,75	730 803,75
Resultado líquido do período		820 284,83	806 584,83
Total dos fundos patrimoniais		-21 650,86	15 739,76
		798 633,97	822 324,59
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		5 421,04	2 705,57
Estado e outros entes publicos		9 575,05	8 377,33
Outras contas a pagar		31 381,59	21 750,37
Diferimentos		14 018,52	0,00
		60 396,20	32 833,27
Total do passivo		60 396,20	32 833,27
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		859 030,17	855 157,86

A Direcção
 Maria de Fátima Gonçalves Proença
 Manuel António dos Santos
 José Joaquim Pires
 Fernando José António
 Sebastião Maria Correia Dias Mendes
 António José Alves Pereira
 Maria Manuela Carvalho Soares

O responsável
 Rui Jorge Gonçalves Vilela Fig.
 CC7288